



Mercado financeiro especula com a sucessão presidencial

Bancos estrangeiros aproveitam período eleitoral para obter ganhos com a oscilação dos preços de títulos brasileiros negociados no exterior

A ação recente do mercado financeiro internacional indica que bancos estrangeiros estão se aproveitando da disputa eleitoral no Brasil para obter ganhos financeiros.

É o que se depreende dos relatórios distribuídos pelos bancos Morgan Stanley e Merrill Lynch, dos EUA. Depois de recomendarem a venda de títulos da dívida brasileira, causando a queda nas cotações, na semana seguinte os mesmos bancos recomendaram a compra dos papéis brasileiros, o que pode elevar as cotações. Assim, quem comprou na semana anterior, de baixa, pôde vender em seguida, na alta, obtendo lucros.

Essa movimentação especulativa vem sendo denunciada por dirigentes e parlamentares petistas desde que a mídia brasileira passou a repercutir trechos de relatórios estrangeiros segundo os quais a queda nas cotações dos títulos brasileiros se deve ao avanço do pré-candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, nas pesquisas de intenção de voto para presidente da República.

“Não existe fator Lula”, diz o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP). “O Brasil está se defrontando com uma fragilidade nos seus indicadores e contas, o governo está paralisado por causa de uma crise política e não consegue votar a CPMF [o imposto do cheque]”, afirma, citando problemas da base governista em relação à pré-candidatura de José Serra (PSDB-SP) e o racha com o PFL, que dificulta as votações no Congresso.

“A eleição é em outubro e ninguém sabe o resultado. Tem gente especulando e se aproveitando disso”, diz.

Mas não são todos. Outros quatro importantes bancos recomendaram o contrário, que seus clientes tivessem uma quantidade de papéis brasileiros superior à média de mercado — ou seja, que não vendessem nada ou então comprassem.

Vulnerabilidade

Os bancos prestam atenção nos indicadores econômicos do Brasil, que têm piorado principalmente no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Parte das argumentações que levaram à queda dos títulos brasileiros no exterior

está relacionada com esses indicadores, que demonstram uma vulnerabilidade do país.

Um indicador analisado é o saldo em conta corrente no balanço de pagamentos. Um resultado negativo (déficit) demonstra, por exemplo, que o país é dependente de capital externo.

O saldo em conta corrente se tornou negativo no início do Plano Real e permaneceu assim durante os anos FHC. O déficit persistente nas relações com o resto do mundo é um dos sinais mais evidentes da vulnerabilidade do Brasil, e alguns analistas consideram arriscado que um país permaneça durante muito tempo nesta situação.

Neste ano, houve uma melhora no déficit da conta corrente, que foi de US\$ 997 milhões em março passado. No entanto, o próprio governo não acredita que essa tendência se mantenha ao longo de todo o ano.

Dívida crescente

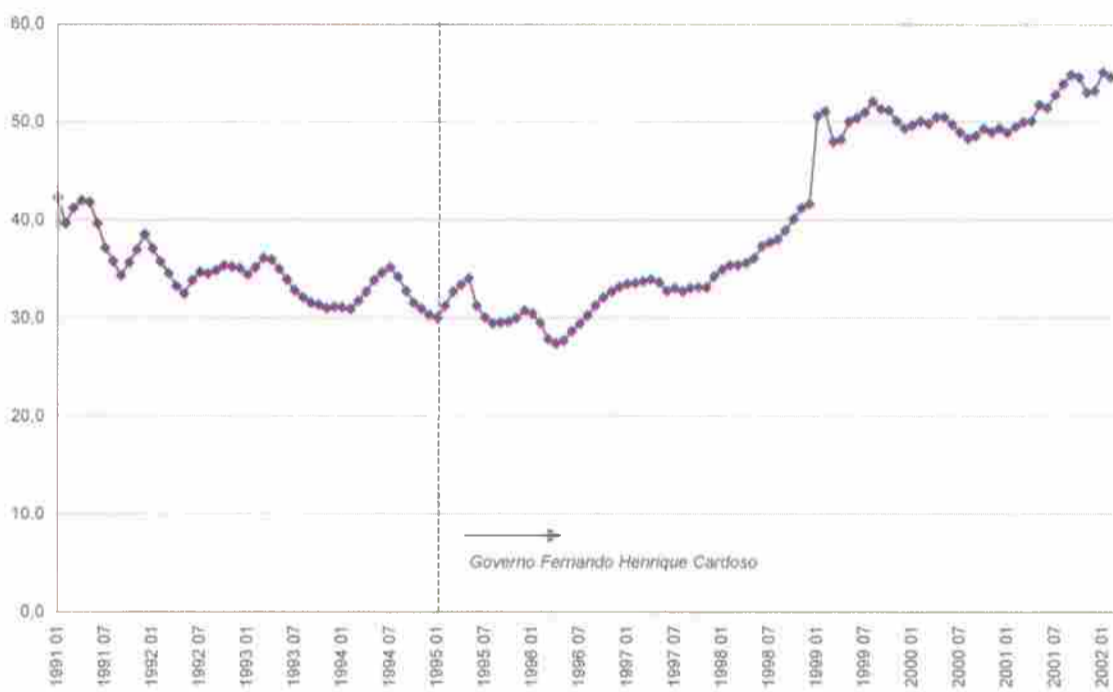
Outro indicador é a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB (Produto Interno Bruto, a soma de bens e serviços produzidos pelo país). Quando assumiu o governo, em janeiro de 1995, FHC recebeu uma dívida — da União, das estatais, dos Estados e municípios — que equivalia a 30,4% do PIB. Em março passado, a dívida pública representava 54,5% do PIB. Ou seja, de quase um terço, passou a mais da metade de tudo que compõe a economia brasileira.

Essa piora na relação entre dívida e PIB se transforma em incerteza para bancos e investidores, na medida em que cria dúvidas se o país terá condições de pagar os seus compromissos. Outros fatores de preocupação são a interrupção na queda das taxas de juros no Brasil e a desvalorização do real ante o dólar, que torna a dívida externa mais “cara”.

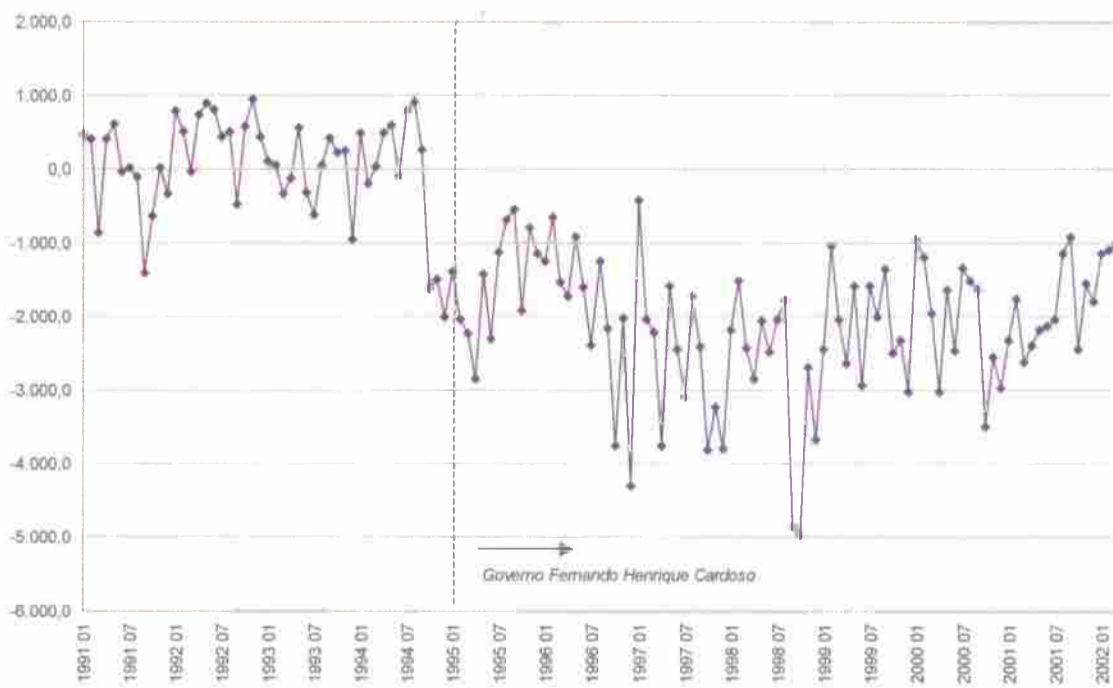
No caso dos juros, a manutenção das taxas altas impede a redução no ritmo de aumento da dívida pública, já que a maior parte dela é composta títulos que pagam juros ao comprador. Por causa disso, nos anos FHC a dívida pública saltou de R\$ 153 bilhões em dezembro de 1994 para mais de R\$ 680 bilhões em março de 2002, ou seja, mais de quatro vezes o valor inicial.



Cresce a dívida líquida do setor público (em % do PIB)...



...e o saldo em transações correntes (em US\$ mi) fica negativo



Ex-ministro acha situação ‘ridícula’

As críticas às avaliações de bancos estrangeiros partiram inclusive de pessoas que não têm nenhuma ligação com a pré-candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência.

O deputado federal Antonio Delfim Netto (SP), do PPB — partido de Paulo Maluf —, foi um dos que consideraram “ridículo” o suposto “efeito Lula”. Delfim, que foi ministro na ditadura militar (1964-85), contestou teses de bancos estrangeiros e criticou o governo federal, alertando para a piora dos indicadores econômicos do Brasil.

Em texto que publicou no dia 7 de maio no jornal *Valor Econômico*, o ex-ministro mostrou que havia uma tendência de queda nos preços de títulos de vários países emergentes, o que descaracterizava a eventual influência da sucessão nas cotações de papéis do Brasil.

Delfim, economista e professor da USP, usou o mesmo artigo para condenar a política econômica de Fernando Henrique Cardoso, apontando ainda que o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil deve ser “mediocre” neste ano.

Para Alberto Borges Matis, coordenador da Faculdade de Economia e Administração da USP de Ribeirão Preto e presidente da ABM Consulting, houve uma confusão.

“Qualquer que seja o programa de governo do próximo presidente, não haverá mudanças drásticas na economia do país, que tem uma base sólida e acordos já firmados. Não faz sentido atribuir o rebaixamento do Brasil à subida de Lula nas pesquisas”, disse Matis ao boletim da Agência Carta Maior, em 8 de maio.

Documento do PT cita 6 medidas

No documento “Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil”, distribuído a filiados e disponível no portal do partido na internet (www.pt.org.br), o PT afirma que é preciso reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Isso, diz o texto, deve ser feito a partir de seis dimensões:

- 1) recuperação do saldo comercial e redução do déficit da conta de serviços, através de uma política ativa de promoção de exportações e de substituição de importações;
- 2) revisão da estrutura tarifária e criação de proteção não tarifária, amparadas nos mecanismos da OMC (Organização Mundial de Comércio);
- 3) regular a mobilidade de capitais, desestimulando a entrada de capital especulativo e orientando os investimentos diretos para atividades geradoras de saldo comercial;
- 4) regulamentação do processo de abertura financeira, eliminando brechas de operações financeiras não transparentes;
- 5) denunciar o acordo atual com o FMI (Fundo Monetário Internacional);
- 6) consolidar a vocação de multilateralidade do comércio exterior brasileiro e ampliar cooperação econômica e tecnológica com potências emergentes, como a Índia, a China e a África do Sul.

OPINIÃO

Os próximos 90 dias

Começamos uma nova etapa da campanha, agora sem rádio e TV por 90 dias, com exceção dos comerciais em alguns Estados, como SP, MG, PA, BA, MA, MT, MS, AC, e AL. Não é pouca coisa e precisamos utilizá-los de forma criativa e adequada para o momento político.

Esta fase precede a campanha, propriamente dita, que contará com os comícios, as caravanas, os debates e os programas de rádio e TV.

Precisamos ter uma política específica para esta fase. É fundamental que sejamos capazes de fazer a campanha com base na disputa política e na mobilização social e do partido.

Sem discurso e sem apoio na sociedade, o governo e a direita, apoiados em alguns jornais e revistas, estão procurando nivelar a campanha por baixo. Colocam que todos os candidatos têm o mesmo discurso, mas ao mesmo tempo fazem terrorismo político, ameaçando o país com uma catástrofe "a la" Argentina se o Lula vencer. E alguns especuladores mais espertos já ganharam muito dinheiro com a tese do "efeito Lula". Ora, ou o PT mudou e está igual ao PSDB ou não mudou e ameaça o



país com uma política irresponsável. As duas coisas ao mesmo tempo são impossíveis. Na verdade, essa é apenas uma amostra da falta de discurso do lado do candidato do governo.

Do nosso lado, precisamos manter a serenidade e a firmeza. Ter serenidade para não entrar em provocações, ter humildade, não se deixando levar por pesquisas, e ter firmeza para não mudar de lado, mantendo nossas propostas e nosso programa.

É preciso deixar claro para a sociedade que o Brasil, para não acabar como a Argentina, precisa mudar de política econômica. Não podemos continuar com o atual modelo, responsável pela fragilidade do país e pelos problemas externos que enfrentamos, e muito menos com esta atual maioria no Congresso Nacional. Precisamos fazer uma

campanha específica para o Congresso Nacional e conquistar uma base parlamentar que, junto com nossas alianças e apoio na sociedade, nos garanta a governabilidade.

Apesar da corrupção reinante e dos descabros administrativos e econômicos do atual governo, parte de nossa mídia e a candidatura governista querem nos imputar a falta de experiência e de propostas. Devemos aceitar este debate e ir para a ofensiva.

Muitos dos movimentos da banca internacional e do governo são para que mudemos de posição. Eles nos testam para ver se cedemos e se nos adaptamos às suas posições e seu discurso, para ver se aceitamos sua agenda e a política atual, numa pura tentativa de cooptação.

Sem deixar de debater nossas propostas e de expô-las publicamente, devemos fazer acordos políticos com base em nosso programa e esclarecer que somos a única força política e social que pode mudar o atual modelo e devolver ao país um projeto de desenvolvimento nacional, de interesse da maioria da sociedade, inclusive de grande parte do empresariado.

Nossos adversários estão sem discurso e, mesmo quando querem nos criticar e apresentam nossas diretrizes como uma política de ruptura, não conseguem apontar nada que não seja o necessário para o Brasil retomar o crescimento com distribuição de renda. Na verdade, todas as críticas que fazemos ao atual modelo já estão presentes no debate da campanha e são aceitas e apoiadas pela maioria do eleitorado (é só ver as pesquisas) e da sociedade. O próprio candidato governista tem repetido muitas dessas críticas, para se diferenciar do governo.

Nos próximos 90 dias temos que organizar a campanha em nossos comitês, manter uma agenda propositiva e com fatos políticos em torno de nosso programa, realizar seminários e debates sobre nossas propostas, ocupar todo espaço possível na mídia e fazer o debate político com o governo e seu candidato.

Não é fato e não faremos uma campanha apoiada apenas no rádio e na TV, que são importantes, mas não vencem eleições. A própria agenda do Lula já indica nossa disposição de realizar uma campanha de mobilização e debate político com a sociedade.

Não devemos discutir antes da hora sobre nosso(a) vice e as alianças, para que não coloquemos o partido para dentro, para que não fiquemos limitados ao debate interno. Junho é o mês das convenções e das definições sobre programa, vice e coligações. Agora temos que ir para as ruas, consolidar nossos palanques estaduais e enfrentar os ataques de nossos adversários sem cair na defensiva.

Nossa aliança com o PC do B está consolidada. Avançamos com o PMN e abrimos um diálogo com o PV. Com o PL estamos na dependência de uma decisão do próprio PL.

Temos a tarefa de cuidar de nossos governos, manter a oposição no Congresso Nacional, articular a mobilização eleitoral e organizar toda estrutura de campanha.

Já é hora de organizar nossa campanha de finanças, que será possível a partir da convenção de 10 de junho que oficializará a candidatura de Lula. É hora de ir para as ruas, aproveitando a Copa do Mundo, para dialogar com o eleitorado levando nossa mensagem e propostas, colocando, quando o horário propiciar, televisores em todos os diretórios, sedes e comitês do partido e de

nossos candidatos para assistir o jogo e ver nossos programas.

Nossa campanha não é só do PT, nem só de nossos aliados, como o PC do B. Ela tem que ganhar também o caráter de um amplo movimento nacional "Lula Presidente" e precisa de um diálogo constante com todos os setores sociais, principalmente com a juventude e com as mulheres. Para isso, é necessário que nossos diretórios e candidatos transformem essa orientação em realidade, fazendo uma campanha ampla e de mobilização, abrindo já os comitês e indo já para as ruas.

Somos uma grande força política — nossos diretórios, militantes e candidatos — e temos uma ampla base social e eleitoral, lideranças políticas locais, regionais e nacionais, parlamentares e governantes. Podemos e devemos mobilizar essa formidável força política e, com base em nosso programa e nossas políticas que o Brasil já conhece, fazer uma campanha eleitoral vitoriosa. Eleger Lula presidente. É isto que o Brasil espera de nós.

José Dirceu

é presidente nacional do PT e deputado federal

A quem interessa a Alca

Reagindo tardiamente à política protecionista dos EUA, o governo brasileiro tem feito duras críticas ao protecionismo norte-americano, ameaçando abandonar as negociações da Alca — Área de Livre Comércio das Américas. Se manterá essa posição, ou não, só vamos saber no dia 12 de junho, quando começa no Panamá uma rodada decisiva do Comitê de Negociação.

A rigor a reunião no Panamá servirá para sacramentar as propostas aprovadas na última rodada de negociação, encerrada dia 27 de abril, em Ilha Margarida — Venezuela.

Houve consenso sobre tarifas básicas, ponto de partida para a redução progressiva, até a eliminação total, das alíquotas de importação. Até 15 de janeiro de 2003 governos, ou

blocos econômicos, devem apresentar propostas de liberalização de mercados, dando início a eliminação paulatina de tarifas de importação.

O acordo que está sendo articulado atende aos interesses do governo dos EUA e de multinacionais norte-americanas, que é suprimir as normas restritivas do fluxo de capitais estrangeiros, abrir indiscriminadamente os mercados, livre comércio nos setores de serviço e de compras governamentais.

Enquanto isso o presidente George W. Bush sancionou lei aprovada no Congresso, liberando subsídios de US\$ 180 bilhões, em dez anos, para produtos agrícolas. Antes, o governo taxou em até 30% o aço importado; o suco de laranja custa em média 50% mais caro para entrar nos

EUA; o álcool etílico é subsidiado; há o sistema de cota ao açúcar brasileiro; as exportações brasileiras de frutas e vegetais sofrem com a burocracia na tramitação de processos; produtos têxteis são também subsidiados.

Para se ter idéia do protecionismo norte-americano, estudo realizado pelo Itamarati revela que 15 principais produtos brasileiros exportados aos EUA na média são taxados em 45,6%, enquanto sobre os 15 principais produtos dos EUA importados pelo Brasil incidem taxas de em média 14,3%.

Ao contrário do que dizem os defensores da Alca, nos termos em que está sendo negociada, não serve aos interesses comerciais do Brasil. É um grave equívoco acreditar que se abrirão novos mercados aos

produtos brasileiros. Quem ganha com a Alca são os EUA, pois têm um parque industrial competitivo e altos investimentos em ciência e tecnologia.

Os setores da economia que podemos competir, como siderurgia, celulose, calçado, suco de laranja, têxtil, estão exatamente protegidos pelo governo norte-americano.

O livre comércio, sem proteção à indústria nacional, é prejudicial ao Brasil. Em pouco tempo será sucateado parte relevante do parque industrial brasileiro, aumentará a dependência externa, acarretando desequilíbrios na balança comercial e crescimento do déficit em conta corrente.

Na verdade junto com o interesse na abertura comercial está a estratégia norte-americana de aprofundar a dominação da América Latina. E para



atingir essa meta a condição é enfraquecer a já combatida economia da região.

Não tenha dúvida que o caminho ficará mais fácil caso os EUA consigam dobrar o Brasil, pois o México já foi domesticado e a Argentina encontra-se mergulhada numa crise que parece não ter fim. Falta o Brasil, que detém mais da metade do PIB da América do Sul, conseguiu diversificar sua economia, tem presença diplomática no continente, e, apesar do empobrecimento do povo brasileiro, tem um mercado consumidor em potencial.

Faz-se necessário uma ampla campanha de esclarecimento da sociedade sobre o significado da Alca.

Por essa razão é importante o engajamento no plebiscito da Alca, que será realizado entre 1º e 7 de setembro deste ano, organizado por entidades e partidos.

Nós do PT apoiamos essa iniciativa, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para uma questão que diz respeito a vida de todos nós.

Somos a favor de uma integração do continente americano, mas respeitando a soberania das nações. O que está em curso não é integração, mas anexação da América Latina e do Caribe pelos EUA.

Francisco Campos,

sociólogo, é secretário nacional de Mobilização do PT

PT NOTÍCIAS CUPOM DE assinatura

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
 3) Cobrança bancária.
 4) Cartão de crédito: Visa Mastercard Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo – SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

EDIÇÃO
Ralph Machado - MTb 21.131

REDAÇÃO
Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO
Ana Troccoli

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

SEDE
Rua Silveira Martins, 132,
São Paulo, SP, CEP 01019-000
Tel.: (011) 3243-1313
Fax: (011) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br
Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Atrepres

ECONOMIA

Piora no governo FHC afeta análises

Economistas ligados ao PT afirmam que os humores do mercado financeiro têm variado devido à deterioração da economia brasileira no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com Antonio Prado, assessor econômico do programa de governo do PT, há elementos “rigorosamente objetivos” que levam ao pessimismo. “A dificuldade de atingir a meta inflacionária acordada com o FMI, a queda do fluxo de exportações e o excessivo aumento da dívida pública (prevista para fechar este ano com um valor dez vezes superior ao de 1994) são alguns dos problemas reais que estão influenciando no risco Brasil”, afirma. “Aqueles que disseram que existe um risco Lula estão fazendo manipulação de mercado.”

Prado aponta também para a questão da vulnerabilidade externa (leia texto nesta página). O passivo externo líquido (dívida externa líquida somada a investimentos diretos estrangeiros) do Brasil está em US\$ 420 bilhões, valor que, segundo ele, equivale a 80% do PIB brasileiro. “Isso gera a necessidade estrutural de envio dos lucros ao exterior”, diz.

O déficit de transações correntes é de cerca de US\$ 23 bilhões — esse valor representa o que se gasta a mais com bens e serviços do que se produz. “Em julho de 1994 tínhamos um pequeno superávit”, afirma Prado, que lembra ainda que a necessidade de financiamento externo é hoje de US\$ 50 bilhões.

Se a situação econômica do país já não está positiva, o fato de o Brasil já ter deixado de pagar a dívida externa duas vezes no passado acaba sendo a “gota d’água” para o rebaixamento dos títulos.

Erros no passado

Ex-diretor-técnico do grupo ABC-Roma e do banco Santista, o atual secretário de Estado de



Controle Geral do Rio de Janeiro, Renê Garcia Jr., é da opinião de que as avaliações internacionais demonstram muito mais o fracasso do plano de estabilidade econômica do atual governo.

“Existe um problema estrutural no equilíbrio das contas públicas. E não se pode esquecer que as agências agem com dupla cabeça: ora vendem bem o país, ora compram-no a preço de banana. É disso que elas vivem”, afirma.

Garcia Jr. avalia ainda que as empresas que fazem

avaliações não são confiáveis porque já erraram muito no passado.

“Elas não foram capazes de avaliar que o México estava à beira de uma crise até um dia antes de a economia do país quebrar. Mais recentemente, na Argentina, as empresas acreditavam que haveria uma sustentabilidade. Quando perceberam que o problema era sério, tardiamente, sinalizaram para o mercado numa velocidade excessiva, o que ajudou a Argentina a estar como está agora.”

Exageros

Para Guido Mantega, assessor do Instituto Cidadania e professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, de fato houve uma deterioração das condições econômicas, mas essas instituições teriam politizado a classificação de risco.

“O rebaixamento ou aumento da recomendação de compra de títulos é muito freqüente e normalmente passa despercebido. A novidade é que as instituições deram peso exagerado ao fator político, o

SAIBA MAIS

O que é vulnerabilidade

Diz-se que uma economia é vulnerável quando ela é muito suscetível a oscilações e choques internos causados por mudanças nos ciclos econômicos e financeiros dos países centrais. Em outras palavras, uma economia é mais vulnerável quanto maior a possibilidade de alteração de sua política econômica doméstica (juros ou câmbio, por exemplo) em função de uma contração dos fluxos de capitais para o país.

Em 1999, por exemplo, a equipe econômica foi obrigada a abandonar o câmbio fixo. Apesar de o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco ter resistido até o último instante, a absoluta falta de fluxos de dólares fez com que o câmbio fosse desvalorizado. Outras vezes, os juros subiram para que mais capitais entrassem e a taxa de câmbio não fosse para as alturas — mesmo que isso tenha significado menos crescimento econômico.

Evidentemente, quanto maior a abertura financeira (liberdade com que os fluxos financeiros entram e saem de um país), mais vulnerável pode ser uma economia. E, olhando a economia brasileira, vemos que, de fato, ela é

vulnerável: atualmente, o Brasil se vê diante da necessidade de obter algo próximo de US\$ 60 bilhões para equilibrar suas contas externas — mais que o dobro de cinco anos atrás. Este montante responde a uma demanda por dólares referente a transações correntes (balanços comerciais e de serviços mais transferências unilaterais) bem como ao pagamento de dívidas contraídas no passado. Se o país não for capaz de responder a essa demanda por meio de financiamento externo, o dólar vai subir significativamente.

Neste momento, nossa economia é refém de um círculo vicioso. Da vinda de novas empresas, de investimentos em ações (extremamente voláteis, saem antes mesmo de se notar a entrada) e sobretudo de novos desembolsos (de títulos privados e governamentais, empréstimos junto a bancos e fornecedores) depende a nossa economia. E à medida que entram novos capitais e se contraem novas dívidas, maior o problema para o futuro.

(Texto produzido pelo Núcleo Antônio Costa Santos - Toninho, do Instituto de Economia da Unicamp)

que passou a ser explorado por adversários”, diz ele. Para Mantega, as instituições tiveram como objetivo criar um movimento especulativo para ter ganhos econômicos.

Entre os fatores econômicos que estariam contribuindo para o aumento do risco Brasil, Mantega cita a lentidão do crescimento do comércio internacional, o que gera uma estagnação nas exportações brasileiras, um crescimento menor do PIB e um alto índice de desemprego; a queda da receita fiscal do governo

causada pela redução na produção e o impasse da votação da CPMF — que obrigou o governo a compensar a arrecadação com um corte de R\$ 5,3 bilhões no Orçamento deste ano; taxa de juros elevada e possibilidade de redução de crédito por conta da recessão que começou a atingir o mundo em 2000.

“Está havendo um ensaio de recuperação, mas tudo indica que não tem fôlego suficiente. O desempenho da economia mundial está comprometido”, afirma o economista.

Empresas e bancos têm estudos próprios

Para entender o que está ocorrendo no mercado financeiro brasileiro é preciso fazer uma distinção entre as diferentes classificações de risco dos países e os responsáveis pelas revisões desses conceitos.

Ratings

As principais classificações — que levam em consideração aspectos mais duradouros da economia dos países — são feitas por empresas de *rating* credenciadas e servem como referência para investidores institucionais. Dessas empresas, as mais importantes são Moody's, Standard & Poor's e Fitch,

as únicas reconhecidas pelo governos EUA para realizar tal trabalho.

Elas medem o grau de vulnerabilidade da economia dos países e classificam-nos com conceitos. Os EUA, por exemplo, têm classificação AAA (risco zero). Já a nota dada ao Brasil é BB- (risco relativamente grande), que não foi alterada nos últimos meses.

“O fato de essas agências terem mantido a mesma classificação de risco do Brasil significa que, para elas, essas pesquisas eleitorais não têm, a longo prazo, influência negativa na economia brasileira”, diz o economista Guido Mantega.

Essas empresas analisam o conjunto de variáveis que

medem a capacidade de o país pagar suas contas (dívida externa e dívida interna). São levados em conta, para compor a classificação de risco dos países, a taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), o tamanho da dívida pública, a relação dívida/PIB e a relação exportações/dívida externa, entre outros.

Índice EMBI

Um segundo tipo de classificação é o conhecido como “risco Brasil”, um índice criado pelo banco norte-americano JP Morgan. Com o nome oficial de EMBI (o que significa, em português, índice para bônus de mercados emergentes),

esse índice representa a diferença entre o risco de um investimento em títulos norte-americanos e o risco de um investimento no país avaliado. Em tese, quanto maior a taxa, maior é o risco de o país não honrar seus compromissos com credores.

Um exemplo: se os títulos norte-americanos são pagos com 5% de taxa de juros e o Brasil tem um índice EMBI de 900 pontos, isso significa que os títulos brasileiros devem ter uma taxa de juros de 5% + 9% (divide-se 900 por 100), ou seja, 14%.

Assim, o governo ou a empresa que emitiu o título tem de oferecer pelo menos 14% de juros para que os investidores tenham

interesse em comprar o título apesar do risco envolvido na operação.

Diferentemente das classificações das empresas de *rating*, o risco país do JP Morgan oscila diariamente, de acordo com o comportamento dos mercados.

Análise de bancos

Algumas instituições financeiras têm seus próprios departamentos de análise, que levam em conta ou não as demais avaliações feitas no mercado. Nos Estados Unidos, por exemplo, algumas instituições estão sob investigação, por suspeitas de que suas análises relacionam-se a negócios

nos quais os mesmos bancos estão envolvidos.

Alguns bancos de investimento recomendaram que seus clientes vendessem parte dos títulos externos que tinham em suas carteiras. A avaliação feita por eles não depende necessariamente do índice EMBI ou da classificação das empresas de *rating*.

Essas instituições, por exemplo, rebaixaram a recomendação dos papéis brasileiros sob argumento de que houve uma deterioração das condições econômicas e alegaram ainda a ascensão do líder petista Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas e queda do pré-candidato do governo, o senador José Serra (PSDB-SP).

ECONOMIA

Economista vê 'invenção' de bancos

O economista Ricardo Carneiro, professor da Unicamp (Universidade de Campinas), entende que o suposto "efeito Lula" foi uma invenção de bancos de investimento estrangeiros que possibilitou que eles retirassem parte da quantidade de recursos que haviam investido no Brasil de forma exagerada desde fevereiro, em uma manobra que teria sido classificada como incorreta pelos próprios investidores estrangeiros.

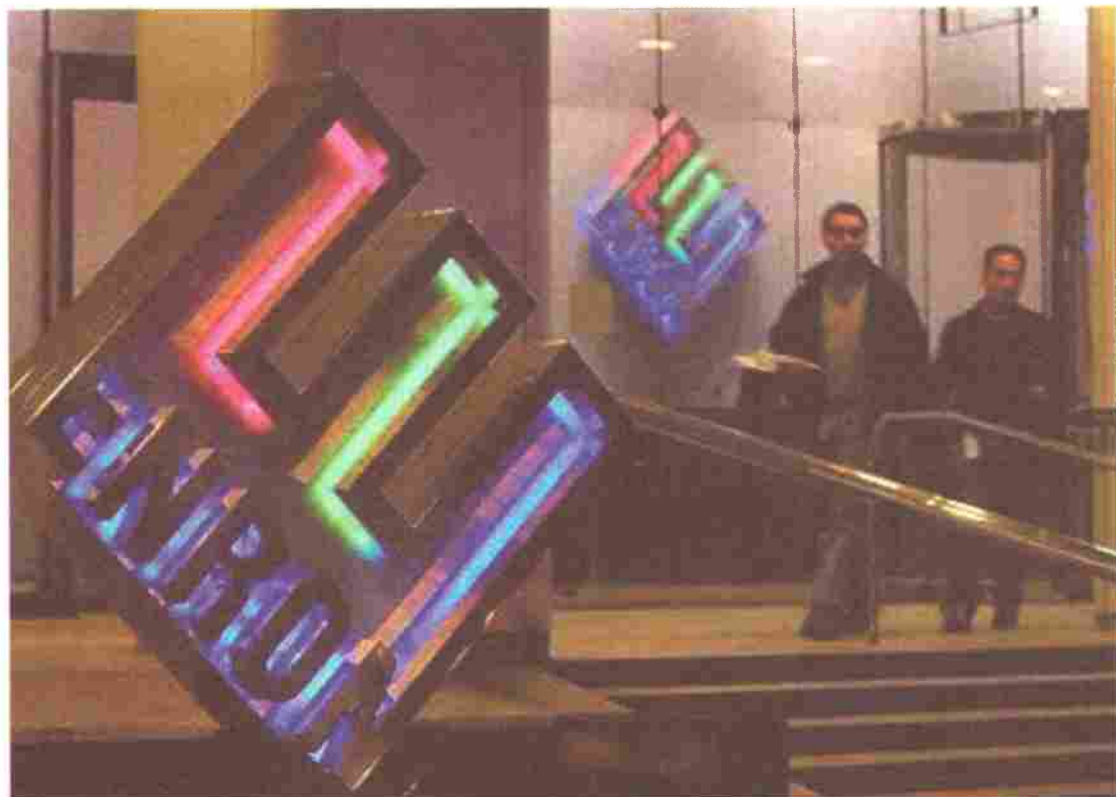
Outra questão apontada pelo economista é o fato de o Brasil ser "marginal" do ponto de vista dos grandes movimentos de capitais. "Estamos sujeitos a erros de avaliação e a movimentos de ajustes de mercado", afirma Carneiro. "Por ser um país marginal, as flutuações do mercado são muito intensas, e então ocorre muito movimento especulativo." Mas o maior vilão brasileiro, na visão do economista, é a vulnerabilidade econômica externa. Leia trechos da entrevista.

Como o senhor vê esse movimento do mercado que foi chamado por alguns de "efeito Lula"?

Isso foi uma coisa construída pelo mercado. Em fevereiro passado, várias corretoras decidiram comprar mais títulos do Brasil. Nos quatro meses que se seguiram, o desempenho da economia brasileira foi bastante ruim do ponto de vista de meta da inflação, de superávit, enfim, de todos os indicadores que eles acham relevantes. Como eles tinham investido demais no Brasil, criaram o "efeito Lula" e o usaram de pretexto para tirar esses investimentos. Fizeram uma manipulação.

Foi por isso que a classificação do Brasil (BB-) não foi alterada?

O mercado tem, sistematicamente, um movimento de curto prazo



Entrada de sede da Enron, cuja falência afetou negócios com títulos brasileiros

especulativo. Este oscila muito. Mas o que muda de fato uma classificação de risco é uma deterioração muito sistemática, um processo de moratória, por exemplo. As agências de classificação não tinham nenhuma informação que poderia influenciar a nota do Brasil. O crescimento do Lula é algo muito abstrato, estamos a seis meses da eleição e eles não conhecem exatamente o programa do Lula. Por isso a classificação continua igual.



Sede do Morgan Stanley

Por que esse movimento especulativo atinge o Brasil dessa maneira?

Porque o Brasil é um país extremamente vulnerável do ponto de vista de suas contas externas. Neste ano

precisamos de US\$ 58 bilhões para fechar o balanço de pagamento. E qualquer movimento na contração desse mercado tem impacto significativo na economia brasileira. Essa situação piora ao longo do tempo. Em 95, por exemplo, precisávamos de US\$ 28 bilhões. Hoje precisamos de mais do que o dobro. Além disso, o governo construiu uma economia que não tem nenhuma capacidade de reagir caso haja um ataque especulativo. Numa hipótese otimista, há hoje US\$ 85 bilhões de capitais de curto prazo; numa pessimista, US\$ 120 bilhões. Esse dinheiro pode sair do país da noite para o dia. Há cerca de US\$ 30 bilhões de reserva para evitar essa possível saída. Então, qualquer mudança nas condições de financiamento externo pode criar problemas sérios para a economia brasileira. Além da vulnerabilidade, há o fato de que se paga por esse dinheiro uma taxa de juros muito alta. A situação fiscal não é confortável, ao contrário do que diz o governo, mas essa situação externa é muito mais grave. Então qualquer ataque especulativo pode elevar o "risco Brasil" para

patamares muito mais altos.

O que determina essa taxa de juros?

Há cerca de 15 indicadores — de origem fiscal ou externa — usados pelas agências para determinar a taxa, como, por exemplo, dívida externa, déficit em conta corrente, rendas de investimento, pagamento líquido de juros etc. No fundo, os indicadores mostram a capacidade do país de pagar a dívida. Há dois critérios importantes: capacidade de o Estado pagá-la em moeda local (indicadores fiscais) e capacidade de pagá-la em moeda externa (indicadores externos).



Escritório da Merrill Lynch

Por que os investidores aplicaram tanto no Brasil no início do ano?

Depois que estourou o episódio da Enron [empresa de energia dos EUA, que muitos consideravam bom

investimento, mas foi à falência e é investigada por fraudes em balanços], os investidores ficaram desconfiados. Como a rentabilidade dos títulos das empresas nos EUA é mais ou menos semelhante à dos títulos da dívida pública nos países emergentes, eles deslocaram parte do dinheiro das empresas americanas para os títulos da dívida de países emergentes. É uma modificação nos mercados globais que não tem nada a ver com o Brasil, mas que beneficiou o Brasil. Amanhã, se isso mudar, o Brasil vai perder. Não tem a ver com a lógica dos acontecimentos internos.

As agências de rating são confiáveis?

Nem as agências nem o mercado estão acima de qualquer suspeita. Eles erram bastante. O que existe é uma "miopia de mercado" — seja de bancos, seja de agências, porque eles erram em conjunto. Eles não foram capazes de prever a crise mexicana e demoraram muito para perceber a gravidade da crise argentina. No primeiro trimestre de 2001, o risco da Argentina era menor que o do Brasil. Além disso, seis meses antes da crise asiática, as agências melhoraram os índices de todos os países do Sudeste Asiático. No caso dos países subdesenvolvidos, há oscilação desses índices em dois momentos: primeiro, quando eles erram; segundo, quando se modificam os mercados lá por razões de funcionamento do mercado. Essa é a questão: somos marginais do ponto de vista dos grandes movimentos de capitais. E hoje não existe mais um investidor dedicado de país emergente. Então estamos sujeitos a erros de avaliação e a movimentos de ajustes de mercado. Por sermos um país marginal, as flutuações do mercado são muito intensas e, então, ocorre muito movimento especulativo.

Promotora dos EUA investiga analistas

Os analistas de bancos norte-americanos estão sendo investigados pela Procuradoria Geral do Estado de Nova York, pela comissão de valores mobiliários norte-americana (Securities and Exchange Commission, SEC) e outras autoridades. O principal objetivo é saber se as recomendações dos analistas foram influenciadas por comissões pagas pelas instituições em que eles trabalham.

O Wall Street Journal, um dos principais diários de economia do mundo, publicou no início de maio reportagem afirmando que os contratos de trabalho dos analistas de bancos contêm cláusulas indicando o pagamento por transações feitas pelas instituições, especificando até que tipo de negócios podem ser feitos e quanto vai ser pago.

O material do WSJ, que teve acesso a alguns desses contratos de trabalho, foi reproduzido no Brasil pelo jornal O Estado de S.Paulo no dia 6 de maio.

Incentivo em dinheiro

Ao descrever um dos documentos, o WSJ informa que o analista receberia uma "remuneração mínima garantida" que incluiria "bônus de incentivo por desempenho", em dinheiro. "O contrato também diz que o analista podia ganhar mais por meio de 'programas de incentivo' que envolviam ajudar a firma a conquistar transações de emissão de ações ou títulos de alto risco", continua o texto.

Ouvida pelo WSJ, uma porta-voz do banco em questão disse que tais contratos não estavam mais em vigor porque a instituição decidiu proibir "qualquer

vínculo direto entre a remuneração dos analistas e transações específicas como banco de investimento".

No dia 9 de maio, outra reportagem em O Estado de S.Paulo afirmou que a SEC havia aprovado no dia anterior novas regras a fim de evitar "conflitos de interesse" entre as divisões de bancos de investimento e de pesquisa das instituições americanas. Segundo o texto, "a SEC quer evitar que os analistas emitam opiniões favoráveis sobre certas ações cujas empresas têm negócios com o banco que os contrata".

No último dia 21, o grupo Merrill Lynch, que controla uma das empresas que fez avaliações negativas do Brasil, chegou a um acordo amigável com a Justiça do Estado de Nova York e pagará US\$ 100 milhões em multas. Segundo um

comunicado da instituição, o objetivo do acordo é evitar eventuais processos por parte de companhias que teriam perdido dinheiro ao se basearem em análises incorretas. Pequenos investidores teriam perdido US\$ 4 bilhões.

Repasso do "mico"

As investigações nos EUA também foram objeto de comentário do jornalista Luís Nassif na Folha de S.Paulo em 8 de maio. Citando alguns casos que acompanhou, ele lembrou que, em 10 de março de 2000, com as ações da Microsoft valendo US\$ 500 bilhões, o banco Goldman Sachs aconselhava a compra dos papéis da empresa, que no mês seguinte receberia julgamento em uma ação dos Estados norte-americanos contra a companhia.

"Na ocasião, alertei: 'A

análise funciona como instrumento de marketing para as estratégias financeiras do próprio banco. Porque os processos de 'valoração' dessas empresas de tecnologia são controlados pelos próprios bancos que investem no produto — comprando ações não pelo que valem, mas pelo que os investidores (influenciados por suas análises) vão achar que valem", escreveu Nassif.

E continuou: "Provavelmente nos dias seguintes, sustentada pelas avaliações 'isentas' de seu departamento técnico, a instituição conseguiu se desfazer de sua carteira de Microsoft, passando o mico para a frente".

Leia mais na internet sobre processo em Nova York: http://www.oag.state.ny.us/press/2002/apr/apr08b_02.html

GLOSSÁRIO

Entenda o 'economês'

Balanço de pagamentos

— É o conjunto de registros das transações entre o Brasil e o resto do mundo. Basicamente, reúne quatro contas: balança comercial (exportações menos importações), balança de serviços (que relaciona vários tipos de transações, como o pagamento de juros para o exterior e viagens internacionais), transferências unilaterais (entradas e saídas de recursos "espontâneas") e conta de capitais (recursos para investimentos, empréstimos e financiamentos).

Conta corrente — É o resultado da soma da balança comercial, da balança de serviços e das transações unilaterais. Pode ter saldo positivo (superávit) ou negativo (déficit). Caso ocorra um déficit, ele terá de ser financiado por uma entrada de recursos vindos do exterior, que pode se dar na forma de investimento, financiamento ou empréstimo.

Dívida pública — É o total de débitos que o governo (União, Estados, municípios e empresas estatais) tem com pessoas físicas e empresas. Ela pode ser interna, quando os credores moram no país, ou externa, quando os credores residem em outros países.

Juro — É a remuneração que o tomador de um empréstimo tem de pagar ao dono do dinheiro emprestado.

PIB (Produto Interno Bruto) — É a soma dos bens e serviços produzidos em um país durante um determinado período de tempo, em geral um ano (ou 12 meses).

Títulos públicos — É um título emitido e garantido pelo governo. Pode servir para financiar um déficit no orçamento público, para antecipar receitas ou para garantir equilíbrio no mercado. O comprador tem direito a receber um rendimento, que pode ser determinado por meio de taxas de juros ou variação da taxa de câmbio, por exemplo.

Taxa de câmbio — É o valor por meio do qual moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional, por exemplo US\$ 1 = R\$ 2,50. Se o valor se altera e são necessários mais reais para trocar um dólar, por exemplo US\$ 1 = R\$ 3, há *desvalorização do real* (pode-se falar também em *alta do dólar*). Em caso contrário, por exemplo US\$ 1 = R\$ 2, há *valorização do real* (pode-se falar em *queda do dólar*).

ELEIÇÕES

Lula ultrapassa 40% em pesquisas

O líder petista Luiz Inácio Lula da Silva ampliou sua vantagem em relação aos rivais em pesquisas para a Presidência da República divulgadas em maio pelos institutos Datafolha, Vox Populi e Ibope.

A pesquisa Datafolha, realizada dia 14, mostra que Lula subiu 11 pontos percentuais nas intenções de voto, chegando aos 43%. Em pesquisa anterior, realizada dia 9 de abril, Lula tinha 32%. Na pesquisa Vox Populi, feita nos dias 18 e 19, e na do Ibope, feita entre os dias 18 e 21, Lula aparece com 42%.

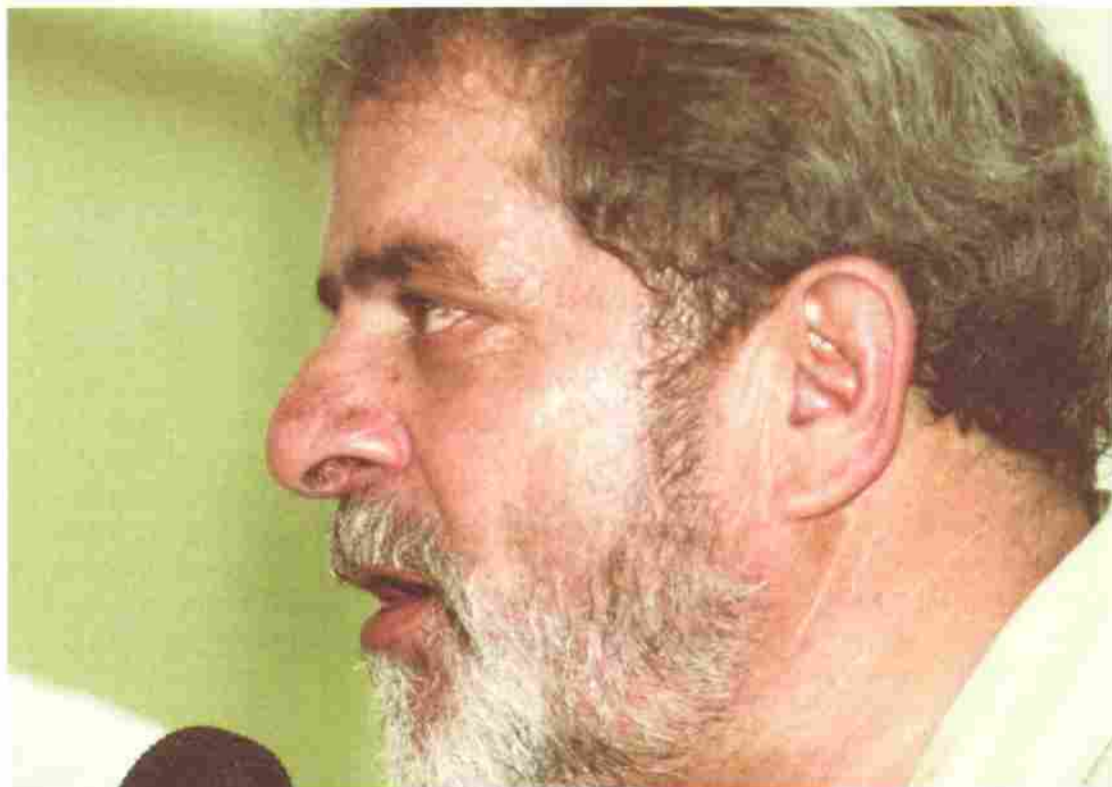
Nessas pesquisas, o candidato do PSDB, José Serra, perde votos e empata tecnicamente com Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS) na segunda colocação. As pesquisas foram feitas após os programas eleitorais do PSDB e do PT, exibidos pelas emissoras de TV, respectivamente, nos dias 6 de 9 de maio.

Após a divulgação dos números, o pré-candidato do PT afirmou que é cedo para comemorar e que vai continuar trabalhando para ser presidente como se as pesquisas estivessem mostrando que o jogo ainda está no “zero a zero” (leia artigo nesta página).

Resultados

Pelo Datafolha, Serra caiu de 22% para 17%, Garotinho oscilou de 16% a 15% e Ciro Gomes oscilou de 13% a 14%. Enéas Carneiro, do Prona, continua com os mesmos 2% registrados na pesquisa anterior. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

O percentual de brasileiros que dizem, espontaneamente, que pretendem votar em Lula para presidente cresceu nove pontos, passando de 18% em abril para 27% em maio. Se a eleição fosse



O pré-candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva

hoje, Lula também derrotaria todos os seus adversários em um eventual segundo turno: Serra (54% contra 36%), Garotinho (55% contra 34%) e Ciro (54% a 36%).

De acordo com o levantamento do Vox Populi, Serra tem 16% das intenções de voto, seguido por Garotinho, com 14%, e Ciro Gomes, com 12%. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais. No caso da pesquisa do Ibope, Serra e Garotinho aparecem empatados com 16%, Ciro tem 9% e Enéas, 2%.

Denúncias

Essas pesquisas eleitorais foram realizadas depois da divulgação, no início de maio, de denúncias sobre suposta tentativa de cobrança de propina durante o processo de privatização da Vale do Rio Doce, realizado em maio de 1997. O responsável pela arrecadação de fundos de campanha de José Serra em 1994, o empresário Ricardo Sérgio de Oliveira, diretor do Banco do Brasil à época da privatização, é apontado como o suposto autor da cobrança de R\$ 15 milhões — ou US\$ 15 milhões, conforme a versão — para

organizar o consórcio vencedor do leilão.

Após a divulgação do avanço de Lula nessas pesquisas, alguns jornalistas e políticos afirmaram que haveria uma possível reação do PSDB e do presidente Fernando Henrique Cardoso contra a candidatura petista. Lula, no entanto, disse não acreditar que FHC tenha intenção de fazer “jogo rasteiro”, e afirmou que espera que o PSDB não abaixe o nível da campanha. “Creio que FHC não tem razões para falar mal de mim. Só responderei a críticas consistentes.”

Em São Paulo

Pesquisa Datafolha realizada em São Paulo no dia 14 de maio indica que o deputado federal do PT Aloizio Mercadante tem 18% das intenções de voto na disputa por uma cadeira no Senado, o que o coloca em terceiro lugar, atrás apenas do senador Romeu Tuma (51%), do PFL, e do ex-governador peemedebista Orestes Quércia (36%).

A margem de erro é de dois pontos percentuais. De acordo com a pesquisa, um quinto do eleitorado ainda não definiu seu voto. Neste

ano serão renovadas duas cadeiras de senadores em cada Estado.

“Iniciar a campanha com 18% é bastante animador, principalmente porque a maior parte do eleitorado nem sequer sabe que sou candidato ao Senado”, disse Mercadante. O petista ressaltou que, diferentemente dos outros candidatos, ele tem baixos índices de rejeição e boas perspectivas de crescimento.

Na disputa pelo governo do Estado de São Paulo, o pré-candidato do PT, deputado federal José Genoíno, obteve 7% das intenções de voto em cenário que inclui outros cinco nomes: Paulo Maluf, do PPB (33%), Geraldo Alckmin, do PSDB (29%), Francisco Rossi, do PL (10%), Orestes Quércia, do PMDB (10%) e Jacob Bittar, do PSB (1%).

Em simulações feitas pelo Datafolha, Genoíno ficou com 8% quando foi excluído o nome de Quércia e passou para 9% quando foi excluído também o nome Rossi.

Em uma enquete realizada pelo instituto UP (Unidade de Pesquisa), com todos os pré-candidatos, Genoíno obteve 10,3%.

ARTIGO

Falta muito para a vitória

Tenho dito à imprensa que não comento pesquisas, favoráveis ou não, ainda mais faltando tanto tempo para as eleições. Acontece que as mais recentes têm colocado a minha pré-candidatura em uma posição de muita vantagem em relação aos outros concorrentes. E isso pode criar uma falsa impressão na cabeça de muita gente, inclusive na dos petistas, apoiadores, simpatizantes e de tantos milhões de brasileiros que querem mudar o rumo do nosso país. E digo mais: isso pode criar ilusões prejudiciais à nossa campanha.

Vou logo afirmando que estou muito feliz e confiante por estar tão à frente nas pesquisas. E que isso é bom para a disputa. Tenho certeza de que as nossas chances desta vez são as maiores possíveis. Mas é preciso ter claro que a campanha propriamente dita nem começou.

Vamos enfrentar batalhas decisivas nos próximos meses que mal se vislumbram no horizonte. E há um enorme risco de que a campanha presidencial deste ano desambe para dossiês e baixarias, se considerarmos o que já ocorreu até agora entre os partidos da base governista. Temos que estar preparados para tudo.

E, para isso, a primeira medida é não calçar “sapato alto” de jeito nenhum. Por enquanto, ninguém ganhou nem perdeu nada definitivamente em relação a 6 de outubro. Muita água ainda vai rolar por baixo dessa ponte. Nem euforia desmedida nem baixo astral, devido a subidas ou descidas nas pesquisas. Nem 8 nem 80. O que precisamos é de muita confiança, perseverança e trabalho, muito trabalho, para convencermos a grande maioria da sociedade de que esta é a vez das oposições, a vez do PT, a hora e a vez de ganharmos para governar e mudar o rumo do Brasil e da nossa história.

Nós sabemos que esta é uma chance histórica para toda uma geração de brasileiros. Mas sabemos também que está em jogo a continuidade ou não do predomínio das políticas neoliberais no Brasil — e isso significa muito, em um país com o peso econômico e geopolítico do nosso.

O governo e o pré-candidato oficial continuam enfrentando divisões na coalizão que elegeu Fernando Henrique em 94 e 98, além de dificuldades nas pesquisas atuais. A situação também não é boa para eles nos planos econômico e social, com

aumento de tarifas públicas e combustíveis, inflação maior, aumento do desemprego e queda da renda real dos assalariados, sem falar na vulnerabilidade externa da nossa economia.

Nós temos alternativas para o Brasil e construímos um grande diferencial em termos de programa de governo. O que tem sido comum em eleições é partidos ou candidatos juntarem alguns especialistas na época da campanha e encomendar a elaboração de um projeto. O PT está construindo o nosso programa de governo com base em propostas elaboradas durante anos em debates amplos com a sociedade. O Instituto Cidadania, por exemplo, deu contribuições importantes nos setores de moradia, segurança alimentar (projeto Fome Zero), segurança pública para o Brasil, educação, ciência e tecnologia e energia elétrica, para citar os mais divulgados pela imprensa.

Nosso objetivo é vencer as eleições. E vamos fazer isso, como sempre fizemos, transformando a campanha eleitoral em um processo de discussão de propostas para o Brasil e de educação e conscientização política da sociedade.

Até o último momento, vamos tentar unir as oposições, respeitando o direito legítimo de cada partido lançar candidato próprio. Vamos buscar alianças amplas com base em propostas concretas de programa de governo. Vamos construir no mínimo pactos de não-agressão entre candidatos que estão no mesmo campo de luta contra as políticas neoliberais do governo FHC e que buscam a retomada do desenvolvimento do Brasil com distribuição de renda e justiça social. Vamos preparar as condições para estarmos unidos em algum momento, no primeiro turno, no segundo ou no futuro governo.

A hora, portanto, é de muito trabalho para manter e consolidar a nossa situação, mobilizando a militância, construindo o programa de governo, fortalecendo e ampliando as alianças políticas e reforçando as candidaturas nos Estados, como tem afirmado o coordenador-geral da nossa campanha e presidente nacional do PT, José Dirceu.

Luiz Inácio Lula da Silva é presidente de honra do Partido dos Trabalhadores e conselheiro do Instituto Cidadania

Justiça coloca União no caso Maluf

A Justiça de São Paulo decidiu indicar o Ministério da Justiça como “interlocutor único” das autoridades brasileiras com a Justiça da Suíça para recebimento e encaminhamento de documentos de supostas contas bancárias em nome do ex-prefeito Paulo Maluf (PPB). A nomeação de uma autoridade central era uma exigência da Suíça diante das várias frentes de investigação contra Maluf, abertas pelo Ministério Público Estadual e pela Procuradoria da República.

Essa decisão judicial reforça a posição da Prefeitura de São Paulo, que defende que a União é quem tem competência para intervir neste processo, postura que vinha sendo combatida pela Advocacia Geral da União (AGU).

Em fevereiro passado, o procurador-geral da

República, Geraldo Brindeiro, recomendou à AGU a contratação de um advogado na Suíça, onde Maluf teria mantido contas até 1997, quando transferiu ativos para Jersey. O então advogado-geral, Gilmar Mendes, não acolheu a sugestão de Brindeiro e empurrou o caso para a prefeitura. Mendes alegou que “em tese, trata-se de violação ao patrimônio público municipal”.

Em fevereiro, o promotor Silvio Marques, do Ministério Público de São Paulo, seguiu as palavras de Mendes e solicitou à prefeitura a contratação de um advogado em Genebra para acompanhar o processo. Marques preside, em São Paulo, um inquérito que apura um suposto superfaturamento de obras públicas na gestão Maluf e trabalha com a hipótese de o

dinheiro proveniente do suposto superfaturamento ter sido enviado àquele país.

Crime federal

A prefeitura negou o pedido por entender que o processo de evasão de divisas e fraude fiscal é um crime federal e, portanto, somente a União tem competência para interferir.

“Para reforçar nossa posição foram ouvidos vários especialistas, que salientaram o fato de que o Município não tem legitimidade para interferir naquele processo. Trata-se de questão técnica: processual”, afirma Anna Emília Cordelli Alves, secretária municipal dos Negócios Jurídicos de São Paulo.

De acordo com ela, se a prefeitura contratasse por conta própria um advogado e, em seguida, ele fosse

impedido de agir pela Justiça suíça ou mesmo pelos advogados de Maluf — já que o caso estaria fora de sua competência —, não teria como justificar os gastos da contratação, em caso de eventual impugnação judicial ou até pelo próprio Ministério Público Estadual.

Entretanto, diz Anna Emília, qualquer irregularidade praticada por administradores, com lesão ao tesouro municipal, levará a prefeitura, prontamente, a se valer de todos os meios jurídicos necessários, em todas as instâncias, para ver devolvido o dinheiro público.

Para a secretária, a decisão judicial que define o Ministério da Justiça como “interlocutor único” reforça a competência da União neste processo e, portanto, a necessidade de contratação de advogado pela AGU.

C E N S O

Brasil tem 11,4 milhões sem trabalho

Os dados preliminares do Censo Demográfico mostram que 11,453 milhões de brasileiros estavam sem trabalho em 2000, ano em que foi feito o levantamento. Esse número equivale a 15,4% do total de pessoas que formava, no mesmo período, a PEA (População Economicamente Ativa) — quem trabalhava ou estava procurando emprego, um contingente formado por 76,158 milhões de pessoas.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os dados obtidos no Censo de 2000 não são comparáveis com o levantamento anterior, feito em 1991, devido a diferenças metodológicas entre os dois trabalhos.

No entanto, o economista Marcio Pochmann, integrante da administração petista em São Paulo, preparou um estudo que incorpora as mudanças no Censo e concluiu que, em 1991, havia 3,1 milhões de pessoas sem trabalho, o que

equivale, na época, a 5,4% da PEA. Ou seja: o total de pessoas sem emprego praticamente triplicou entre 1991 e 2000.

Desigualdade

O Censo também indicou que 24,4% da população ocupada — praticamente uma em cada quatro pessoas — ganhava apenas um salário mínimo, o equivalente na época a R\$ 151 (hoje, R\$ 200). A faixa que vai que um a dois salários mínimos incluía 27,5% da população. Ou seja, um em cada dois brasileiros ocupados recebia, no máximo, R\$ 352 por mês. Na outra ponta, o Censo identificou que 2,6% da população ocupada recebia mais de R\$ 4.000 por mês.

A desigualdade de renda entre as diferentes regiões do país continuava presente. No Sudeste, apenas 15,9% da população ocupada recebia um salário mínimo — 10,1% ganhavam mais de 20 mínimos. A taxa dos que recebiam até um salário

mínimo saltava para 46,2% no Nordeste — no Piauí, chegava a 59,4% — e 30,8% no Norte.

Sem renda

De acordo com estudo de Pochmann, que é secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, o número de chefes de família sem renda mais que triplicou entre 1991 e 2000. Em 1991, 1,4 milhão de chefes de família não recebiam nenhuma renda; em 2000, eram 4,1 milhões.

Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, Pochmann afirmou que os dados mostram uma mudança importante na pobreza no Brasil. Segundo o texto, “os trabalhadores menos qualificados obtinham pouca renda e, ainda que em condições precárias, estavam inseridos no mercado de trabalho. Hoje, os mais pobres nem sequer conseguem trabalho e vivem à margem do mercado”.

Região metropolitana

Os dados apurados pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) também reforçam a tendência de redução no número de vagas no mercado de trabalho e de queda na renda das pessoas ocupadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, a taxa de desemprego passou de 7,9%, em janeiro de 1995, para 12% em fevereiro de 2002 — um aumento de 52%, por exemplo. Já a renda real (descontada a inflação) caiu 26% no mesmo período — ou seja, houve uma perda de um quarto da remuneração.

O agravamento das condições de trabalho na região metropolitana têm motivado ações das administrações petistas, como o atendimento de famílias pobres em São Paulo (leia texto abaixo).

NOTAS

Roberto Saturnino filia-se ao PT

O senador Roberto Saturnino Braga (RJ) é o mais novo senador petista. Ele deixou o PSB em fevereiro último e filiou-se ao PT no dia 15 de maio por discordar do processo de “individualização” do PSB sob a influência do ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho.

Saturnino, 70 anos, é considerado um dos expoentes da chamada esquerda histórica. Sua trajetória teve início em 1962, como deputado federal, já no PSB. Em 1985 foi o primeiro prefeito eleito do Rio de Janeiro após a fusão do Rio com o Estado da Guanabara.

“A afinidade do meu pensamento político, das minhas posições com as posições do PT é total. Há muito tempo eu sentia essa afinidade. Não ingressei anteriormente por uma questão afetiva. O PSB foi o meu primeiro partido. Mantive essa relação afetiva na medida em que o PT e o PSB eram partidos irmãos, estavam juntos sempre nas mesmas batalhas, políticas e eleitorais. Agora, na medida em que o PSB desviou-se desse caminho e entrou num descaminho oportunista, compreendi que tinha de largá-lo e me filiar ao PT, porque é no PT que está o meu pensamento político e toda a linha coincidente com a minha atuação”, afirmou. Leia entrevista exclusiva com o senador no Portal do PT (www.pt.org.br).



quando administra, administra direito”, disse o governador. “Mas, acima de tudo, o objetivo final com este plano é a geração de empregos. Queremos ter uma economia local forte, sustentável, que gere oportunidade de emprego para as pessoas”, declarou Viana.

O empréstimo será usado também para a construção de pequenas estradas, portos, pequenos aeroportos em localidades isoladas, educação e regularização fundiária.

“Nunca, em cem anos, o Estado, que já teve o terceiro produto na pauta brasileira de exportações, a borracha, teve autonomia para captar recursos no exterior”, completou o governador.

Evento debate cota para negros

Ao participar, no dia 13 de maio — dia da abolição da escravatura —, do debate “Quotas para a população negra”, o pré-candidato do PT ao governo de Minas Gerais, Nilmário Miranda, defendeu a necessidade de “resgate da dívida que temos para com a população negra deste país”.

A questão já foi amplamente discutida em reunião entre lideranças do movimento negro, Nilmário e o pré-candidato do PT ao Senado, Tilden Santiago. As discussões resultaram no documento “Políticas públicas para a população negra”, que irá servir de base para a formulação deste capítulo do programa de governo que está sendo elaborado.

Programas já estão na internet

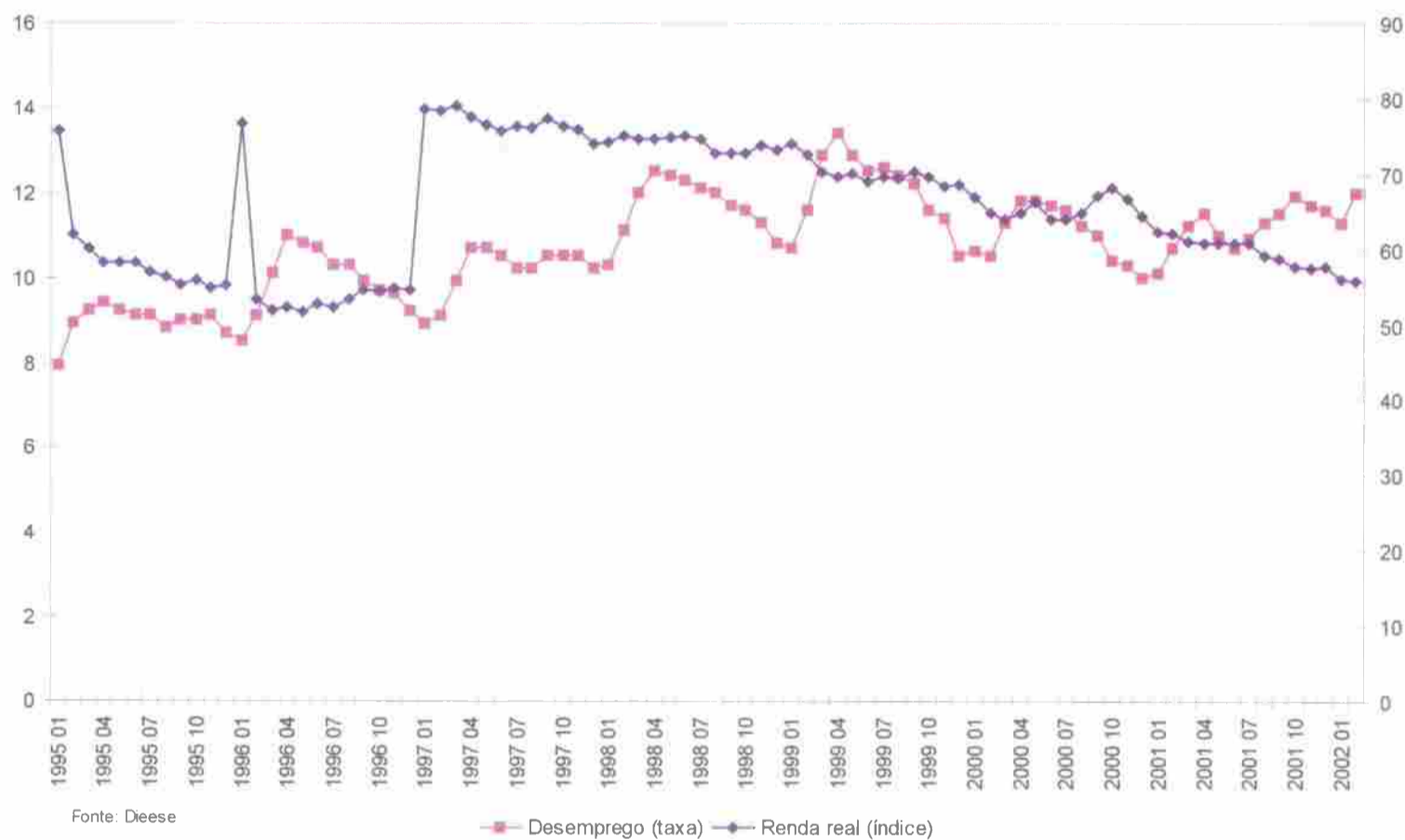
As inserções em rádio e TV do programa nacional do PT já estão disponíveis no portal do partido na internet (www.pt.org.br). É necessário o uso de programas de multimídia para ver ou ouvir as gravações. Quem preferir pode adquirir fitas dos programas de TV ou rádio. Informações pelo tel. (11) 4243-1310.

Portal do PT é TOP3 no Ibest

O Portal do PT foi o único site de um partido político a ficar entre os TOP 3 do Prêmio Ibest/2002 na categoria Política, eleito pelo júri popular. Isso significa que o portal foi um dos três sites de política que mais receberam votos de internautas.

O site vencedor na categoria júri popular foi o Política Brasileira Online (www.politicabrasileira.com.br), pertencente ao Instituto Brasileiro de Estudos Políticos. De acordo com os votos dos jurados convidados pelo prêmio Ibest, o ganhador foi o site da revista *Caros Amigos* (www.carosamigos.com.br).

Desemprego e renda na região metropolitana de São Paulo



SP já atende 300 mil famílias pobres

Os programas sociais da Prefeitura de São Paulo já atendem a 12% da população. A administração petista pretende ampliar o alcance dos programas, beneficiando todas as famílias que estejam abaixo da linha de pobreza.

“É o maior programa municipal de enfrentamento da pobreza do mundo”, afirmou Marcio Pochmann, secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade.

Em 2002, o orçamento dos projetos é quase quatro vezes maior que 2001: cerca de R\$ 240 milhões, contra R\$ 64 milhões.

Os programas da administração petista atendem pessoas residentes em 50 dos 96 distritos administrativos da capital.

Há hoje em São Paulo 1.970 favelas, das quais 76% delas estão sendo atendidas pelos programas sociais. Pelo menos 589 mil famílias vivem abaixo da linha de pobreza no



O secretário municipal do Trabalho, Marcio Pochmann

município, das quais 300 mil estão sendo beneficiadas.

“O que foi constatado é que em 46 distritos há bolsões de pobreza que não receberam os programas. Vamos fazer um estudo para saber da viabilidade da inclusão, inclusive do ponto de vista financeiro, pois isto implica em gastos adicionais e a meta deste ano são as 300 mil adicionais que já estão sendo atendidas”.

Os programas

São seis os principais

programas sociais da Prefeitura de São Paulo, sendo o mais conhecido o Renda Mínima, que atende a famílias que mantenham crianças matriculadas nas escolas municipais e que tenham renda per capita inferior a dois salários mínimos (R\$ 400).

A prefeitura paga um benefício mensal a essas famílias desde que seja comprovada a presença das crianças a pelo menos 90% das aulas. Outro programa, o Bolsa Trabalho, funciona de

forma semelhante, só que atende a adolescentes.

O programa Começar de Novo beneficia maiores de 40 anos desempregados há mais de seis meses e que façam parte de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo.

Esse programa oferece treinamento para uma nova profissão e remuneração ao adulto com dificuldade em conseguir um novo emprego.

A Prefeitura de São Paulo mantém ainda a Operação Trabalho, que são as frentes de trabalho municipais; o SP Confia, que oferece os juros mais baratos do país em empréstimos a micro empreendedores de baixa renda, e o Capacitação Ocupacional, que treina e realoca desempregados carentes.

Os detalhes desses programas podem ser vistos na internet: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/trabalho/index.asp>.